

Apoio habitacional

Uma perspectiva de reabilitação e integração comunitária (*)

MARIA JOÃO VARGAS MONIZ (**)

O desenvolvimento de um conjunto diversificado de alternativas habitacionais tem vindo a tornar-se progressivamente um dos domínios básicos da Reabilitação Psicossocial.

Um Sistema de Apoio a nível habitacional deverá ter como principal objectivo proporcionar o acesso de todas as pessoas em desvantagem a um espaço estável, acessível economicamente e com segurança, em contextos que maximizem a sua integração comunitária e possibilitem a aquisição e manutenção de competências para funcionarem com autonomia (Carling, 1992).

O principal desafio que se coloca aos profissionais nesta área é o da combinação das acções a desenvolver para aumentar o *stock* habitacional disponível para as populações a quem prestam serviços e a mobilização dos recursos e suportes que permitam a obtenção e a manutenção das opções dos utilizadores dos espaços habitacionais.

No domínio do desenvolvimento de alternativas habitacionais poderemos utilizar três tipos de

estratégia que, não raras vezes poderão surgir interligadas:

1) Melhorar o Acesso à Habitação Existente

Implica a identificação dos agentes na comunidade que poderão contribuir para que as pessoas socialmente isoladas possam encontrar um espaço habitacional. Neste contexto, serão de utilidade contactos com Senhorios, Associações de Proprietários, Instituições Bancárias, Cooperativas de Habitação e com as Entidades Governamentais responsáveis pelo Sector da Habitação.

O objectivo é o de localizar espaços que ofereçam as melhores condições em termos de relação Custo/Qualidade para os vários grupos ou indivíduos em situação de desvantagem, podendo aqui estarmos a referir-nos a pessoas com problemáticas de Deficiência Física ou Mental, Doença Física ou Mental, Delinquência ou mesmo em situação de Pobreza.

No sentido de quebrar a inacessibilidade no acesso a espaços de arrendamento, o Governo português publicou o DL 162/92 de 5 de Agosto destinados aos Jovens (com idades inferiores ou iguais a 30 anos). Não obstante o carácter positivo desta medida, se estivermos a falar de pessoas com dificuldades acrescidas de integração social, torna-se claramente insuficiente, pois implica o exercício de uma actividade profissional

(*) Comunicação apresentada na 1.ª Conferência «Reabilitação e Comunidade», ISPA, Lisboa, Junho de 1996.

(**) AEIPS - Centro Comunitário de Doentes Mentais.

no mercado competitivo de trabalho e tem um período de duração máxima de 5 anos. Com estes critérios de elegibilidade, torna-se difícil quebrar o ciclo inicial de desvantagem económica da maioria das pessoas com deficiência doença mental ou com outras problemáticas de integração.

Outros Programas públicos de Criação de Habitação dão prioridade às famílias, deixando na generalidade sem acesso, os indivíduos com maiores dificuldades.

Neste contexto, torna-se especialmente relevante o envolvimento claro e inequívoco dos Programas de Reabilitação e de Suporte à integração Social dos vários grupos, na obtenção de soluções habitacionais na comunidade.

2) Preservação da Habitação Existente

Refere-se à identificação dos espaços que estejam a aguardar ou que tenham sido alvo de obras de recuperação (Ex. da cidade de Lisboa) e que possam ser utilizados como opção habitacional para pessoas que, autonomamente tenham dificuldade em aceder a um espaço habitacional. Poderão ser dados como exemplo, a recuperação de bairros históricos, em que através de parcerias com outros organismos se poderão encontrar soluções acessíveis e com qualidade.

O trabalho conjunto com outros organismos ou instituições e os co-investimentos tornam-se especialmente relevantes, pois em conjunto com outros grupos de intervenção junto da comunidade, poderão ser alcançados objectivos concretos que envolvam o aumento do número de unidades habitacionais disponíveis.

Neste campo a experiência de outros países poderá ser-nos benéfica, pois o desenvolvimento de alternativas conjuntas com outros grupos deverá prevenir a criação de *ghettos* na comunidade de indivíduos ou grupos que, vivendo autonomamente, continuam isolados e sem acesso aos recursos e suportes disponíveis para a restante população.

3) Desenvolvimento Habitacional

Envolve a compra ou a construção de habitação, que poderá ter como finalidade o arrendamento, a venda ou a propriedade em regime de cooperativa. Esta é a estratégia mais complexa e a que envolve maior grau de risco para os Programas que optem pela sua promoção, mas se alcançados os apoio financeiros ao seu desenvolvi-

mento responderá às necessidades de segurança e de disponibilidade a longo prazo dos espaços habitacionais para pessoas com dificuldades de integração.

A estratégia a seleccionar depende do contexto em que o Programa estiver inserido e também das condições habitacionais da comunidade, também deveremos ter em conta as preferências e o recursos do(s) grupo(s)-alvo.

Para que sejam possíveis resultados a longo-prazo, as entidades ligadas à Reabilitação de Grupos Especiais deverão ter em conta um conjunto de acções a desenvolver:

– *Envolvimento Político das Entidades Governamentais Nacionais, a nível da União Europeia e mesmo à escala mundial na resolução de situações habitacionais de grupos em desvantagem.*

Um exemplo deste tipo de iniciativa foi a HABITAT II – Conferência das Nações Unidas, cujo primordial objectivo foi tentar que a nível mundial a habitação fosse considerada como um Direito Humano e em que o consenso foi ainda extremamente difícil. Contudo, foi possível estabelecer alguns valores e objectivos comuns, que foram: a) A importância da equidade de um sistema de tal modo que todos possam ter acesso a habitação, a circular em espaços livres, e aceder a serviços indispensáveis ao seu bem-estar; b) erradicação da pobreza num contexto de desenvolvimento sustentado; c) a importância da qualidade de vida nos meios urbanos; d) a promoção dos direitos dos cidadãos e das suas responsabilidades; e) a importância do fomento de parcerias entre vários países entre os vários sectores de actividade; f) solidariedade para com os grupos vulneráveis ou em desvantagem; g) aumento generalizado dos recursos financeiros votados para o domínio da habitação.

A nível da União Europeia, ao contrário do que acontece com o Emprego, a nível habitacional não existe uma política comum, pelo que se torna necessário que surjam acções concertadas no sentido de alertar para os chamados Direitos Sociais (que surgem no seguimento dos direitos civis e políticos) dos quais faz parte o direito à habitação não sejam apenas documentos escritos, mas possam ser uma realidade.

– *Encontrar Interesses Comuns com outros*

organismos na comunidade para a resolução conjunta de problemáticas a nível habitacional;

– Contribuir para a adequabilidade dos espaços habitacionais para os grupos sociais especiais, nomeadamente a eliminação de barreiras e sistemas de comunicação (como por exemplo a iniciativa europeia TIDE e outras);

– Favorecer o envolvimento de outros cidadãos na integração e participação social de populações especiais, através, por exemplo, do trabalho intensivo para a manutenção de boas relações de vizinhança.

No segundo grande domínio de intervenção ao nível da habitação, a mobilização dos recursos e suportes que permitam a obtenção e manutenção de habitação, as opções são também largamente diversificadas e baseiam-se num conjunto de pressupostos:

1. Envolvimento e possibilidade de escolha por parte do indivíduo

A procura de soluções habitacionais tem um carácter individualizado, pois o objectivo será o de encontrar um espaço de habitação autónoma.

Promover um ambiente de debate sobre as preferências, necessidades e vulnerabilidades individuais. Para esse efeito, uma estratégia com utilidade é a de proporcionar aos indivíduos ou grupos em desvantagem a oportunidade de ouvir e partilhar experiências com pessoas que passaram por situações de isolamento e exclusão e de como conseguiram ultrapassá-las.

2. Promover o acesso a espaços habitacionais indiferenciados, estáveis e num contexto comunitário

Casas ou apartamentos regulares, em locais perfeitamente comuns, com o mesmo aspecto das casas circundantes, ou mesmo contribuindo, com o seu arranjo exterior para a boa aparência do bairro ou comunidade circundante.

3. Disponibilizar o acesso aos serviços e recursos comunitários gerais

Acessibilidade a Centros de Saúde/Cafés/Supermercados/Clubes desportivos e recreativos/Igrejas e outros.

4. Flexibilidade e disponibilidade a longo prazo dos serviços de apoio

Consoante a situação presente de cada pessoa,

os serviços devem estar disponíveis para, em momentos diferentes prestar tipos diferenciados de suporte e com intensidades diferentes.

O apoio pode, em algumas circunstâncias ter que ser intensivo de modo a possibilitar a obtenção ou manutenção do espaço habitacional, mas pode somente ser relevante como consultoria ou orientação.

As alternativas habitacionais resultantes deste modelo de suporte e prestação de serviços a nível habitacional podem ser muito diversificadas:

– Habitação Permanente com Apoio Pontual ou Sistemático

Espaços para uma ou duas pessoas, com acesso a suporte estruturado para a concretização das actividades do dia-a-dia, como compras, confecção de refeições, limpezas, etc.

O suporte a ser prestado é estruturado com as necessidades e em coordenação com outras actividades individuais.

– Residências Comunitárias

Espaços para pequenos grupos com suporte técnico mais intensivo de modo a proporcionar a concretização de todas as actividades de manutenção do espaço habitacional.

– Famílias de Acolhimento

Recurso progressivamente mais diversificado para outras áreas que não só as crianças, mas também para adolescentes (mães adolescentes), pessoas com deficiência, doença mental ou para idosos.

– Serviços Residenciais de Apoio em Situações de Crise

São um complemento de um sistema de intervenção a nível habitacional e podem funcionar com equipas móveis de intervenção de se deslocam aos espaços no sentido de avaliar as situações, tendo como rectaguarda um pequeno espaço, onde pessoas em situação de crise possam permanecer por períodos curtos, até as situações estabilizar.

O resultado global de um sistema de prestação de serviços a nível habitacional na área da Reabilitação é o de que o desafio da integração so-

cial passa para o mundo real, onde as dificuldades que possam surgir são resolvidas com pessoas ou nos locais reais, e onde a participação social pode contribuir para um aumento significativo da satisfação e do sucesso a nível individual.

BIBLIOGRAFIA

- Parrish, J. (1990). Supported housing: A critical component of effective community support. *Psychosocial Rehabilitation Journal*, 13 (4), 9-10.
- Carling, P. J. (1995). *Return to community, building support systems for people with psychiatric disabilities*. New York: The Guildford Press.
- Randolf, F. L., Laux, B., & Carling, P. J. (1987). *In search of housing: Creative approaches to integrated housing*. Monograph Series on Housing and Rehabilitation in Mental Health, National Institute of Mental Health
- Ridgway, P., & Carling, P. J. (1987). *Strategic planning in housing and mental health monograph series on housing and rehabilitation in mental health*. National Institute of Mental Health.

RESUMO

O desenvolvimento de um sistema de apoio a nível habitacional deverá ter como objectivo prioritário proporcionar o acesso de todas as pessoas em desvantagem a um espaço estável, acessível economicamente e com segurança.

As estratégias para o desenvolvimento de alternativas habitacionais podem ter lugar no nível da melhoria do acesso à habitação existente, da preservação da habitação existente e do desenvolvimento habitacional.

A garantia de resultados a longo prazo implicam acções como o envolvimento político das entidades governamentais nacionais, europeias e mesmo mundiais, a organização de parcerias na comunidade, a criação de condições para a adaptação dos espaços físicos e criação de sistemas de funcionamento eficazes e ainda favorecer o envolvimento de outros cidadãos na integração e participação social de grupos especiais.

Palavras-chave: Alternativas habitacionais, Sistema de Suporte Comunitário, Integração social.

ABSTRACT

The development of a Community Support System in terms of housing should give priority to the accessibility of disadvantaged populations in order to provide access to stable, affordable and safe housing options.

The strategies to develop new housing options may be focused on the access to the existing housing market, the preservation of housing alternatives and the development of new housing options.

To ensure long term successful results implies the involvement of national, european and even world scale organizations, the adaptation of housing in terms of the space and the support services provided and the promotion of citizen participation in the integration of special needs groups.

Key words: Housing options, Community Support System, Social integration.